



PROTEÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE AO ACESSO À EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS VENEZUELANAS REFUGIADAS NO BRASIL

PROTECTION OF THE STATUTE OF CHILDREN AND ADOLESCENTS TO ACCESS TO THE EDUCATION OF VENEZUELAN CHILDREN REFUGEES IN BRAZIL

Jefferson José Drozdek¹
Mariza Schuster Bueno²

RESUMO

Este artigo aborda a proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ao acesso à educação das crianças venezuelanas refugiadas no Brasil. Os refugiados são normalmente associados a um problema a ser resolvido pelo Estado acolhedor e não a pessoas que precisam ter seus direitos assegurados e protegidos, bem como sua dignidade restaurada. Mesmo que a legislação brasileira estabeleça o ânimo de recebimento de migrantes, por razões constitucionais e por normas de direito internacional, há uma necessária implantação de políticas migratórias mais efetivas que visem garantir a proteção do direito de educação das crianças refugiadas. O objetivo geral é analisar se o acesso à educação e a proteção do ECA se estende às crianças e adolescentes venezuelanos refugiados no Brasil. Assim, conceitua-se direitos fundamentais de crianças e adolescentes garantidos pela Constituição Federal de 1988 e no ECA, analisa a trajetória das crianças venezuelanas no Brasil, aborda-se também a proteção do ECA às crianças venezuelanas refugiadas no Brasil e as políticas públicas que garantem o direito à educação dessas crianças e adolescentes. A metodologia adotada é qualitativa e o método de abordagem dedutivo, baseado em pesquisa teórica e legislação pertinente. Conclui-se que para que os direitos das crianças e adolescentes venezuelanos refugiados no Brasil possam ser efetivados é necessário que os Estados tratem esse assunto como matéria interna em seu ordenamento, pois no exercício de sua soberania podem criar regras próprias, desde que estes sejam favorecidos e que se tenha por base a Convenção Interamericana de Direitos Humanos de 1951.

Palavras-chave: Crianças. Adolescentes. Venezuelanos. Refugiados. Educação.

¹Graduando em Direito, Universidade do Contestado. Campus Mafra. Santa Catarina. Brasil. E-mail: drozdek60@gmail.com.

²Mestre em Direito Positivo pela UNIVALI/SC, professora do curso de Direito da Universidade do Contestado. Campus Mafra, Santa Catarina. E-mail: mariza.bueno@professor.unc.br

ABSTRACT

This article addresses the protection of the Statute of Children and Adolescents (ECA) for access to education for Venezuelan refugee children in Brazil. Refugees are usually associated with a problem to be solved by the host State and not with people who need to have their rights secured and protected, as well as their dignity restored. Even though Brazilian legislation establishes the spirit of receiving migrants, for constitutional reasons and for norms of international law, there is a need to implement more effective migration policies aimed at guaranteeing the protection of refugee children's right to education. The general objective is to analyze whether access to education and ECA protection extends to Venezuelan children and adolescents who are refugees in Brazil. Thus, it conceptualizes the fundamental rights of children and adolescents guaranteed by the Federal Constitution of 1988 and in the ECA, it analyzes the trajectory of Venezuelan children in Brazil, it also addresses the protection of the ECA to Venezuelan refugee children in Brazil and as public policies that guarantee the right to education of these children and adolescents. The adopted methodology is qualitative and the method of deductive approach, based on theoretical research and pertinent legislation. It is concluded that for the rights of Venezuelan children and adolescents refugees in Brazil to be effective, it is necessary for States to treat this matter as an internal matter in their legislation, as in the exercise of their sovereignty they can create their own rules, as long as they are in favor and based on the 1951 Inter-American Convention on Human Rights.

Keywords: Children. Teens. Venezuelans. Refugees. Education.

1 INTRODUÇÃO

A crise na Venezuela ensejou a movimentação de pessoas em busca de sobrevivência em diversos países, especialmente para territórios limítrofes com o país, como Colômbia e Brasil.

O fluxo de pessoas foi se intensificando, considerando o maior movimento migratório da América Latina. Porém, a justificativa da migração fundamenta-se na hipótese de violação dos direitos humanos praticada contra venezuelanos, despertado pela crise econômica no país, o que gerou também crise alimentar e diversos problemas na sociedade, principalmente atingindo a classe mais vulnerável de pessoas, como idosos, crianças e indígenas.

Atualmente o mundo sofre com diversos conflitos que levaram a uma crise migratória. Em relatório divulgado no ano de 2019 pela organização *Human Rights Watch* com base em informações da Defensoria Pública da União (DPU) mostra que pelo menos 529 crianças e adolescentes venezuelanos cruzaram a fronteira com

Roraima e chegaram ao Brasil desacompanhados. Ainda, de acordo com o relatório, quase 90% deles tem entre 13 e 17 anos e chegaram ao país entre o começo de maio e final de novembro de 2019. Muitos deles relataram que viajaram sozinhos, de carona, fugindo de situações de abuso e extrema pobreza na Venezuela (HUMAN RIGHTS WATCH, 2019).

Tal fato na Venezuela levou crianças a atravessarem a fronteira para o Brasil, mas nem sempre a proteção adequada é encontrada. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, crianças e adolescentes são reconhecidos como sujeitos de direito, considerando que estão amparados todos os direitos fundamentais. A partir de muita luta e pressão social, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, sendo a primeira legislação específica brasileira que regulamentou questões como adoção, acolhimento e medidas socioeducativas, amparada pela Constituição Federal de 1988.

Mesmo que a legislação brasileira estabeleça o ânimo de recebimento de migrantes, por razões constitucionais e por normas de direito internacional, há uma necessária implantação de políticas migratórias mais efetivas que visem garantir a proteção de direito dessa população que enfrenta uma vulnerabilidade social, principalmente a população infantil que tem acompanhado os pais nesse ato migratório, ou às vezes vem sem o acompanhamento familiar.

Desta forma, indaga-se a possibilidade da aplicação do direito fundamental da educação garantida no Estatuto da Criança e do Adolescente às crianças e adolescentes venezuelanos refugiados no Brasil e quais as políticas públicas referentes ao direito fundamental da educação.

Assim, a relevância da presente pesquisa se refere a verificação de tais direitos, em especial se o direito à educação é garantido às crianças e adolescentes venezuelanos refugiados, analisando, assim, o acesso à educação e a proteção do ECA para esses indivíduos.

Deste modo, o objetivo geral deste artigo é analisar se o acesso à educação e a proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente se estende às crianças e adolescentes venezuelanos refugiados no Brasil. Assim, será analisada a trajetória das crianças venezuelanas no Brasil, serão conceituados os direitos fundamentais de crianças e adolescentes garantidos pela Constituição Federal de 1988 e no Estatuto

da Criança e do Adolescente, bem como se abordará a proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente às crianças venezuelanas refugiadas no Brasil e as políticas públicas que garantem o direito à educação das crianças e adolescentes venezuelanas refugiadas no país.

A metodologia adotada para o presente estudo é qualitativa e o método de abordagem é dedutivo, baseado em pesquisa teórica, bibliográfica com base na legislação pertinente, realizada através da leitura de obras literárias e artigos científicos. Ainda no que se refere a pesquisa documental, trata de abordagem indutiva de forma dialética, observando dados do CONARE, ACNUR e outros Institutos de Pesquisa. O recorte geográfico é o Brasil e como delimitação temporal adota-se os últimos 05 (cinco) anos.

2 A TRAJETÓRIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VENEZUELANOS REFUGIADOS NO BRASIL

A mudança econômica do Estado na Venezuela tendeu a uma composição de diversos efeitos relacionados a coletividade local, e, especialmente, por mudanças institucionalizadas pelo Estado que violaram direitos, comprometendo a sociedade venezuelana.

O deslocamento em massa de migrantes e refugiados venezuelanos para outros países nasce impulsionado pelo agravamento da situação econômica e política vivenciada pela Venezuela a partir de 2013, após a morte de Hugo Chávez e a ascensão ao poder de seu sucessor, Nicolás Maduro (LIMA; SANTARÉM, 2020).

Segundo dados da Organização Internacional para Migrações, a América Latina concentra a maioria dos migrantes venezuelanos no mundo, sendo Colômbia, Peru, Equador, Argentina, Chile e Brasil os principais países receptores (IOM, 2019).

Os dados demonstram a nítida dimensão do movimento migratório venezuelano no Brasil, ainda que menor do que dos outros países. De acordo com dados obtidos pelo OBMigra (2020), há essa confirmação de que o fluxo de venezuelanos para o Brasil é disparadamente maior do que refugiados/imigrantes de outros países.

Enquanto apenas quatro venezuelanos buscaram refúgio em 2010, quase 18.000 pedidos surgiram em 2017, sendo que a maior parte dos requerimentos teve origem em Boa Vista - Roraima, em razão da fronteira entre os países.

Já em 2019, a região Norte apresentou o maior número de registros de imigrantes de longo termo (52.242) ano, com destaque para o Estado de Roraima (37.928) que representou 38% dos registros, além de apresentar o maior número de registros anuais da série histórica. Tal aumento no número de registros ocorreu em consequência da imigração venezuelana para a região (OBMigra, 2020).

Quanto às crianças, estima-se que, diariamente, 180 cruzem a fronteira para Roraima (RAFFOUL, 2019).

Para Carolina Alves de Souza Lima e Vivian Netto Machado Santarém (2020, p. 9):

O fluxo migratório venezuelano que chega ao Brasil, sobretudo por via terrestre comporta a presença de crianças desacompanhadas ou separadas, que se movimentam, muitas vezes em situação de vulnerabilidade extrema, em busca de refúgio contra graves violações de seus direitos humanos e fundamentais.

Desta forma, esse fenômeno de migração chama a atenção pela complexidade e reclama esforços do Estado brasileiro no sentido de garantir às crianças e adolescentes refugiados no país a proteção absoluta e prioritária a que têm direito.

A migração de crianças e adolescentes constitui-se como um fenômeno social recorrente na história da humanidade que se intensificou durante as últimas décadas. Conforme o *Relatório Global Trends: forced Displacement* em 2017, das 68 milhões de pessoas deslocadas em 2017, 52% eram crianças menores de 18 anos de idade. Esse número representa um significativo aumento da migração infantil, 41% a mais do que 2009 (ACNUR, 2017).

Esses dados revelam que a migração de crianças já representa pouco mais da metade dos fluxos migratórios em todo o globo. Mesmo não sendo um fenômeno novo, acaba muitas vezes não sendo retratado ou analisado por especialistas da área das migrações. De acordo com Bhabha (2014), os estudos, frequentemente, não abordam a questão da migração infantil, e apenas uma parcela muito tímida da literatura tem como foco as experiências vividas pelas próprias crianças migrantes, os fatores que incidem em seus movimentos, as circunstâncias sociais, econômicas e jurídicas que as rodeiam (GRAJZER; CHAVES, 2019, p. 1).

No que se refere à migração de venezuelanos, de acordo com dados produzidos pelo Departamento de Polícia Federal, observa-se que parte significativa dessas pessoas – 262.307 entradas migratórias, entre visitantes e imigrantes, entre janeiro de 2017 e abril de 2019 – chegam ao Brasil através da fronteira localizada na pequena cidade de Pacaraima (2019). Tal movimento se intensificou com a escassez de alimentos e medicamentos a partir de 2015. No começo era predominante a mobilidade de homens desacompanhados de seus familiares e com elevado grau de escolaridade, além de famílias indígenas da etnia *Warao* e, mais recentemente, o fluxo de indígenas transfronteiriços de etnia Taurepang (GRAJZER; CHAVES, 2019, p. 2).

Desde 2017, nota-se um aumento no fluxo de famílias não indígenas completas e a chegada das crianças desacompanhadas de um adulto responsável ou mesmo separadas de seus pais devido as instabilidades sociais e a insegurança no Estado venezuelano. Essa mudança no perfil dos fluxos migratórios vem acarretando uma série de responsabilidades para as crianças que seriam próprias da fase adulta (GRAJZER; CHAVES, 2019, p. 2).

3 DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Os direitos fundamentais, em sua concepção atualmente conhecida, surgiram como produto da fusão de várias fontes, desde tradições arraigadas nas diversas civilizações, até a conjugação dos pensamentos filosófico-jurídicos, das ideias surgidas com o cristianismo e com o direito natural. Essas ideias encontravam um ponto fundamental em comum, a necessidade de limitação e controle dos abusos de poder do próprio Estado e se suas autoridades constituídas e a consagração dos princípios básicos da igualdade e da legalidade como regentes do Estado moderno e contemporâneo (MORAES, 2021).

Os direitos fundamentais, especialmente os direitos individuais, procedem à limitação do poder político na medida em que estatuem, relativamente ao Estado e aos particulares, um dever de abstenção, de forma a assegurar a existência de uma esfera de ação própria, inibidora de interferências indevidas (MORAES, 2020).

Os direitos fundamentais das crianças e adolescentes engloba o direito à vida e à saúde; o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; o direito à convivência familiar e comunitária; o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; e o direito

à profissionalização e à proteção no trabalho. Esses direitos estão previstos na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

3.1 DIREITO À VIDA E À SAÚDE

O direito à vida e à saúde possui disposição no artigo 7º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): “A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência” (BRASIL, 1990).

De acordo com Luciano Alves Rossato (2019, p. 97), o direito à vida, reconhecido no caput do art. 5º da Constituição Federal, “detém posição de destaque em relação aos demais direitos fundamentais pelo simples fato de que, sem a sua proteção, todos os demais direitos perdem o sentido, tornando inócuo todo o arcabouço legal”.

Esse artigo registra os direitos básicos da criança e do adolescente (“proteção integral”):

Exortando o Poder Público, neste caso representado pelo Poder Executivo da União, dos Estados e dos Municípios, a efetivá-los por meio de políticas sociais direcionadas a garantir à criança e ao adolescente acesso real às políticas de inserção social (alimentação, assistência médica, educação, lazer etc.). A omissão eventual do Poder Público pode dar arrimo ao ajuizamento de ação civil pública (ARAÚJO JUNIOR, 2019, p. 7).

Segundo Luciano Alves Rossato (2019), existem três dimensões de proteção à vida da criança e do adolescente: a) existência; b) integridade física; e c) integridade moral:

A dimensão de existência consiste basicamente no direito de estar e permanecer vivo. Já a integridade física compreende o absoluto respeito à integridade corporal e psíquica de todo e qualquer ser humano, assim, qualquer agressão ao corpo humano é também uma agressão à vida, porque aquele é meio de desenvolvimento desta. Por fim, a terceira dimensão do direito à vida, intitulada integridade moral, preceitua, que, além dos elementos materiais, a vida também seria dotada de valores imateriais que também merecem proteção do ordenamento jurídico, como, por exemplo, a moral (ROSSATO, 2019, p. 97).

Destaca-se que o direito à vida encontra respaldo no art. 6^a da Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 1990), que determina que os Estados-Partes reconheçam que toda criança tem o direito inerente à vida e que, portanto, assegurarão ao máximo a sobrevivência e o desenvolvimento dela.

Quanto ao direito à saúde, tem-se que é um típico direito social. Sendo assim, “ele se materializa por meio de prestações positivas do Estado, que, valendo-se de políticas públicas, deve fornecer condições mínimas para que os indivíduos alcancem uma vida digna e representativa de justiça social” (ROSSATO, 2019, p. 103).

A política pública pode ser conceituada como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (SOUZA, 2006).

A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006).

Dessa forma, as políticas públicas representam “a exigência de realização das normas plasmadas no texto constitucional e também na legislação infraconstitucional que detalhe as políticas encartadas na Carta Maior, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente” (ROSSATO, 2019, p. 103).

3.2 DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE

O direito à liberdade, ao respeito e à dignidade estão previstos no artigo 15 do Estatuto da Criança e do Adolescente e dispõe que “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis” (BRASIL, 1990).

Ao tratar do direito à liberdade, refere-se às liberdades, ou seja, às formas de liberdade que compreendem vários aspectos, dentre eles o direito de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais, bem como de participar na vida política, na forma da lei (ROSSATO, 2019).

Ao conceituar o direito à liberdade, concentrando-se na liberdade de locomoção, o legislador acertou ao estabelecer o direito de ir, vir e estar – diversamente de outras leis, que somente veem o direito de ir e vir. (NUCCI, 2018)

Segundo o autor, esse direito é torneado pelos espaços públicos (o termo comunitário é relativo, visto existirem comunidades fechadas), respeitadas as restrições legais, que são concernentes ao interesse do próprio infante ou jovem. Ilustrando, viver na rua, para uma criança, não é direito de locomoção, mas situação nitidamente indevida (NUCCI, 2018).

Segundo o artigo 17 do ECA, o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais (BRASIL, 1990).

Todo ser humano tem direito ao respeito como forma de ser resguardada a sua intimidade, sua identidade e valores. Contudo, em relação às crianças e adolescentes, “esse direito surge potencializado, pois os danos que podem surgir em razão de sua inobservância são irreversíveis, acompanhando aquelas pessoas por toda a sua vida” (ROSSATO, 2019, p. 135).

3.3 DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA E DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO

Este direito está previsto no artigo 19 do ECA e preconiza que “é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral” (BRASIL, 1990).

A Lei da Primeira Infância alterou a parte final do art. 19 do Estatuto para dizer que crianças e adolescentes têm direito à convivência familiar em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral (ROSSATO, 2019).

Por exemplo, diante de um contexto familiar em que os pais ou responsáveis sejam dependentes de drogas, a medida mais acertada é o acompanhamento do caso por meio de medidas de proteção que permitam a manutenção da família (ROSSATO, 2019).

Assim, no entendimento de Guilherme de Souza Nucci (2018, p. 76) “a inserção da criança ou adolescente em família substituta, especialmente para adoção, dar-se-á em caráter excepcional. O ideal, em todas as sociedades, é a união da família natural pelo bem de todos”.

Dessa forma, “recuperada a saúde dos pais ou responsáveis, a coabitação e a convivência familiar e comunitária devem ser restabelecidas em sua integralidade” (ROSSATO, 2019, p. 160), respeitando a família natural acima de família substituta.

Por fim, o artigo 60 do ECA dispõe que é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz (BRASIL, 1990).

Assim, “o menor de 14 anos não pode trabalhar, nem mesmo como aprendiz. Entre 14 e 16, como aprendiz. Acima de 16, pode exercer atividade laborativa não perigosa, insalubre ou noturna. A autorização deve ser dada pelo juízo da Infância e Juventude” (NUCCI, 2018, p. 286).

3.4 DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER

O artigo 227, *caput*, da Constituição Federal de 1988 estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Bem como o artigo 53 do ECA estabelece que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; o direito de ser respeitado por seus educadores; o direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; o direito de organização e participação em entidades estudantis; o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência (BRASIL, 1990).

De acordo com Rossato (2019, p. 247), trata-se de direitos subjetivos públicos, pois “equivalem a pretensões jurídicas dos indivíduos exigirem do Estado a execução (*facere*) ou a omissão (*non facere*) de certa prerrogativa, em virtude do que preconiza

a norma jurídica". Assim Constituição Federal distribui o tema em três subsistemas: da educação, da cultura e do esporte.

A previsão legal do artigo 227 da CFRB/88 dispõe que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, entre outras coisas, o direito à educação e evitar qualquer forma de discriminação e preconceito (BRASIL, 1988).

No artigo 6º da Constituição Federal, há a menção a educação, classificando-a como um direito social. Assim, o Estado deve agir de forma positiva para assegurar o direito à educação, por meio de políticas públicas, de maneira a alcançar a igualdade material entre os indivíduos. Além de dever do Poder Público, a Constituição Federal estabelece a educação como uma obrigação da família, com apoio da sociedade, e como um direito de todos, ou seja, possui um caráter universal.

A Constituição Federal também positiva de forma específica o direito à educação em seu Título VIII, Capítulo III, Seção I, adotando como princípios a igualdade de oportunidades para acesso e permanência na instituição de ensino; a liberdade da aprendizagem, do ensino, da pesquisa e da divulgação do pensamento; a pluralidade de ideias; a gratuidade em instituições oficiais; a democracia de gestão; a valorização dos prestadores de serviços; e a qualidade (BRASIL, 1988).

Estabelece também a obrigação do Estado de garantir a educação básica e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, adotando um regime de cooperação entre os entes federativos (BRASIL, 1988).

4 DA PROTEÇÃO DO ECA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VENEZUELANOS REFUGIADOS NO BRASIL

Em virtude do contínuo deslocamento de refugiados pelo mundo, que tem se apresentado de forma cada vez mais marcante, verifica-se como necessário e urgente o estudo e aprofundamento da temática referente aos refugiados e seus direitos, uma vez que, a pessoa refugiada vem a ser caracterizada como vítima ou possível vítima de violação de direitos humanos no país em que possuía residência habitual. Devido à perseguição sofrida, seja por motivo étnico, cultural ou religioso, por pertencer a determinado grupo social ou por questão política, a solução encontrada é se retirar,

ou seja, se deslocar (de maneira forçada), para que possa sobreviver e assim encontrar condições mais dignas para viver (ANONNI, 2018).

Como consequência desses deslocamentos, o Estado acolhedor vai exercer um papel importante na proteção dos que se caracterizam como refugiado. Essa proteção vai desde ratificar tratados internacionais relacionada à temática como também em estabelecer leis internas que visem os trâmites, a proteção e promoção dos direitos do refugiado ou ainda na criação de políticas públicas. Assim, diante da significativa presença de refugiados na sociedade brasileira, é que se faz necessário um conhecimento maior sobre as ações do Brasil como país acolhedor (ANNONI, 2018, p. 517).

Segundo o CONARE³, ao final do ano de 2019 existiam 31.966 pessoas refugiadas reconhecidas pelo Brasil. Entre 2011 e 2019 foram reconhecidas 89,8% do total de pessoas refugiadas no Brasil, e a nacionalidade com maior número de pessoas refugiadas reconhecidas, entre 2011 e 2019, é a venezuelana (20.935) (BRASIL, 2020).

No ano de 2019, o CONARE apreciou um total de 28.133 processos de solicitação de refúgio de pessoas de nacionalidade venezuelana. Destes 20.902 foram deferidos. A nacionalidade venezuelana é central para a compreensão da geografia do refúgio no Brasil. Em 2019, 66,8% dos solicitantes de refúgio venezuelanos, cujos processos foram apreciados pelo Conare, fizeram a solicitação na UF Roraima, seguida pela UF Amazonas (27,6%) (BRASIL, 2020).

Os nacionais da Venezuela foram responsáveis pelo aumento significativo de solicitações da condição de refugiado no Brasil, consequência da decisão do CONARE de 14 de junho de 2019 de reconhecer a situação de “grave e generalizada violação de direitos humanos” na Venezuela. Esta fundamentação foi aplicada a 88,0% do total de processos deferidos pelo CONARE no período 2011 a 2019. Os refugiados venezuelanos correspondiam a 85,4% das pessoas reconhecidas como refugiadas com base nesta fundamentação (BRASIL, 2020)

Deste modo, é extremamente importante analisar a situação das crianças venezuelanas refugiadas no Brasil e se seus direitos de acesso à educação estão sendo garantidos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e das políticas públicas no país.

³Comitê Nacional para os Refugiados, importante entidade brasileira que dentre suas atribuições, orienta e coordena as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados (BRASIL, 1997).

O ECA foi um importante marco legal para proteção de crianças e adolescentes no Brasil, que ratifica os dispositivos e princípios constitucionais a respeito do direito à educação e elucida, mais uma vez, a inexistência de diferenças entre a criança brasileira e a estrangeira, possuindo ela documentos ou não (BRASIL, 1990).

Portanto a doutrina de proteção integral da criança e do adolescente introduzida no ordenamento jurídico brasileiro através do artigo 227 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e corroborada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) deve ser estendida aos refugiados venezuelanos.

De acordo com a Corte Interamericana de Direito Humanos (CIDH), em Parecer Consultivo n. 21/14, de 19 de agosto de 2019, solicitado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em seu item 81, o Estado receptor da criança refugiada tem o dever de permitir que a criança possa peticionar o asilo ou o estatuto de refugiado ou garantindo no estatuto, razão pela qual não podem ser retirados da fronteira sem uma análise adequada e individualizada de suas petições com as devidas garantias, através do respectivo procedimento (CIDH, 2014, p. 32).

Ainda, não podem devolver a criança a um país no qual pode sofrer risco de ser afetada sua vida, liberdade, segurança ou integridade, ou a um terceiro país de onde possa posteriormente ser devolvida ao Estado onde sofre este risco.

Por fim, tem o dever de outorgar a proteção internacional quando a criança se enquadre nos critérios para isso e beneficiar com esse reconhecimento outros membros da família, em atenção ao princípio de unidade familiar (CIDH, 2014, p. 32).

Além disso, o parecer supracitado determina em seu item 104 que é necessário que o Estado receptor da criança avalie, através de procedimentos adequados que permitam determinar de forma individualizada o interesse superior da criança em cada caso concreto, a necessidade e pertinência de adotar medidas de proteção integral e assegurem o pleno acesso à educação em condições de igualdade (CIDH, 2014, p. 39).

5 DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS DIREITOS À EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VENEZUELANOS REFUGIADOS

As políticas públicas podem ser conceituadas como o processo pelo qual são formulados e implementados programas de ação pública, coordenados em torno de objetivos explícitos. Em outras palavras, refere-se ao processo de construção de intervenções junto à realidade social, por meio de instrumentos considerados adequados. Assim, é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público (LIMA, 2018).

A autora Maria Paula Dallari Bucci corrobora a opinião de que as políticas públicas são programas de ação governamentais:

Programa de ação governamental que resulta de um processo ou conjunto de processos juridicamente regulados – processo eleitoral, processo de planejamento, processo de governo, processo orçamentário [...] visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Como tipo ideal, a política pública deve visar a realização de objetivos definidos, expressando a seleção de prioridades, a reserva de meios necessários à sua consecução e o intervalo de tempo em que se espera o atingimento de resultados (BUCCI, 2006, p. 39).

A adoção de políticas públicas específicas para abrigar e atender as necessidades dos refugiados faz-se cada vez mais necessária e deve estar baseada no respeito à dignidade humana⁴, princípio adotado pela Constituição brasileira e preservado pela doutrina do humanismo.

Com base em iniciativas de proteção e preservação dos Direitos Humanos dos refugiados, podem-se destacar algumas iniciativas do Estado brasileiro, quanto ao compromisso com a normativa de proteção dos refugiados desde o início da universalização desse instituto, ou seja, pelo fato de ter ratificado e recepcionado a Convenção de Genebra Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e,

⁴ A dignidade da pessoa humana, na acepção de Miguel Reale, consiste em uma espécie de valor-fonte, o que também foi objeto de reconhecimento pelo STF, alinhado com a tradição consagrada no direito constitucional contemporâneo, para quem a dignidade da pessoa humana constitui “verdadeiro valor-fonte que conforma e inspira todo o ordenamento constitucional vigente em nosso País e que traduz, de modo expressivo, um dos fundamentos em que se assenta, entre nós, a ordem republicana e democrática consagrada pelo sistema de direito constitucional positivo (SARLET; MITIDIERO; MARINONI, 2020, p. 272).”

posteriormente, o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados em 1967 (que corrigiu e ampliou a aplicação da convenção), fazendo parte ainda, do Conselho Executivo do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR), desde 1958.

Ainda no que se refere às políticas públicas, da promoção e proteção dos direitos dos refugiados, se faz necessário situar quais são os parâmetros legislativos encontrados no tocante ao refúgio. Nesse âmbito, verifica-se que o Estado brasileiro ratificou a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados (1951) e o Protocolo Relativo ao Estatuto de 1967. No que se refere à legislação interna, a própria Constituição Federal de 1988 (em seu artigo 5º), estabelece parâmetros de igualdade tanto para brasileiro como para estrangeiros residentes no país (ANNONI, 2018).

Outro exemplo é a Lei n. 9474/97 que define mecanismos de acordo com o Estatuto dos Refugiados e estabelece outras providências internas:

Um dos mecanismos que estão presentes na Lei n.º 9474/97 são as soluções duráveis, como a repatriação, a integração local e o reassentamento. Entre essas soluções, a integração local exerce um papel importante para promoção e proteção de direitos (como saúde, educação, trabalho, segurança, entre outros), que incluam esse grupo de pessoas. Já que tem como finalidade reconstruir a vida do refugiado no país acolhedor (ANNONI, 2018, p. 518).

Além disso, a Lei supracitada foi a que criou o CONARE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que em parceria com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), desenvolveu a Plataforma Interativa de Decisões sobre a determinação da condição de refugiado no Brasil. O projeto compilou e publicou dados referentes às decisões do CONARE no ano de 2018.

Assim, a partir da criação do CONARE e de outras entidades, as funções, que antigamente eram exclusivas do Estado, passaram a ser desempenhadas também por membros da sociedade civil, organizações, empresas e por governos subnacionais.

Portanto para uma efetiva proteção aos refugiados, é necessário alcançar tanto direitos civis e políticos, como também direitos sociais, econômicos e culturais (PIOVESAN, 2014, p.253)

Algumas organizações sociais para assistência aos refugiados são: Projeto Vidas Refugiadas, voltado para mulheres que pedem refúgio no Brasil; ONG Abraço Cultural, que oferece aulas de idiomas com professores refugiados, fundada em 2014.

Também há institutos e centros especiais como o Instituto de Reintegração do Refugiado, fundado em 2010, e o Instituto Migrações, fundado em Brasília em 1999. O IMDH se destaca como umas das instituições mais importantes na acolhida direta a imigrantes refugiados no país, inclusive mediando o contato dos imigrantes com a Polícia Federal e a ACNUR. Além da acolhida, o Instituto também promove eventos e realiza publicações sobre o assunto (FRANÇA; RAMOS; MONTGANER, 2019).

No que se refere à políticas públicas direcionadas à educação das crianças e adolescentes refugiadas, no ano de 2015, o Brasil recebeu elogios da Organização das Nações Unidas (ONU) pelo trabalho realizado no acolhimento a crianças refugiadas em escolas públicas brasileiras. Os delegados destacaram a atuação do país ao receber refugiados de regiões distantes, como é o caso da Síria, país da Ásia ocidental (BRASIL, 2015).

No ano de 2019, o Ministério da Educação, em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação e Desporto de Roraima, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Boa Vista e a Universidade Federal de Roraima (UFRR), realizou, em janeiro, uma força-tarefa para normalizar a documentação escolar de crianças venezuelanas que necessitem realizar matrículas em escolas brasileiras. Por meio de uma prova simulada, as crianças puderam ser avaliadas e niveladas para ingressar na rede de ensino brasileira (BRASIL, 2019).

A secretária de Educação de Roraima, Leila Perussolo, comemora os resultados. Segundo ela, há uma real necessidade de ação do estado e do MEC em relação à regularização da documentação escolar das crianças venezuelanas, para que elas possam ingressar nas escolas brasileiras.

Um levantamento mostrou que hoje existem mais de seis mil crianças venezuelanas em idade escolar, entre 6 e 17 anos, nas redes estadual e municipal de Roraima. "Hoje, nas duas redes, nós estamos atendendo 6.460 alunos venezuelanos com documentação regularizada para o ano de 2019" (BRASIL, 2019).

Porém, de acordo com o ACNUR e o Banco Mundial, no setor educação, tanto as crianças e os adolescentes em idade escolar estão em desvantagem se comparados com seus pares brasileiros. De acordo com o censo educacional de 2020, apenas 37.700 (ou 45%) das crianças venezuelanas estavam matriculadas em escolas – comparadas com mais de 85% de crianças e adolescentes brasileiros (ACNUR; BANCO MUNDIAL, 2021).

Mesmo quando conseguem se matricular, as crianças e adolescentes venezuelanos geralmente frequentam escolas mais cheias e são alocadas em níveis mais baixos. A falta de professores que falam espanhol é outro grande obstáculo ao sucesso delas nas salas de aula (ACNUR; BANCO MUNDIAL, 2021).

O economista Nikolas Pirane, associado ao ACNUR e que trabalhou no estudo supracitado, explica que a inclusão e a integração em um país estrangeiro são um processo de longo prazo e que necessitam de uma abordagem verdadeiramente holística, além de compromisso e recursos para serem efetivas.

Deste modo, percebe-se que a necessidade de reforço nas políticas públicas para as crianças refugiadas é essencial para que elas se sintam acolhidas no Brasil e tenham seu desenvolvimento estudantil completo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os refugiados normalmente são associados a um problema a ser resolvido pelo Estado acolhedor e não a pessoas que precisam ter seus direitos protegidos e sua dignidade restaurada.

Os pedidos de refúgio são vistos pela sociedade que os recebe como prejudicial vez que a pessoa estrangeira é percebida como uma ameaça. No entendimento da grande maioria, o ingresso dos refugiados em determinado país “roubaria” as oportunidades dos cidadãos nacionais do país. No entanto, a decisão de um indivíduo de se deslocar e pedir refúgio a outro Estado pode ocorrer em virtude de diversos fatores, entre estes a ameaça de perseguição devido a questões raciais, religiosas ou de nacionalidade, de pertença a grupos sociais ou até mesmo por opiniões políticas díspares. Tais preconceitos geram graves consequências, da violência à morte.

Assim, observou-se que os direitos fundamentais das crianças e adolescentes no Brasil, devem ser considerados direitos de todos, inclusive extensivo aos refugiados venezuelanos. Dentre os direitos elencados, encontra-se o direito à educação, ficando evidente que esta deve ser assegurada, com base na Constituição Federal de 1988. A trajetória das crianças e adolescentes venezuelanos refugiados no Brasil através do refúgio para outro país é a última opção destas pessoas, em

busca de oportunidades de trabalho e de vida, vez que a situação no país de origem está caótica, com escassez de alimentos e medicamentos desde o ano de 2015.

Percebe-se que as políticas públicas de acesso à educação às crianças e adolescentes venezuelanos refugiados no Brasil devem ser consideradas como implícitas no ECA e garantido através de políticas públicas efetivas.

Assim, para que os direitos das crianças e adolescentes refugiados possam ser efetivados e se tornem mais acessíveis, é necessário que os Estados tratem esse assunto como matéria interna em seu ordenamento, isto é, os Estados possuem um papel imprescindível para a proteção dos refugiados, pois no exercício de sua soberania podem criar regras próprias no que se refere a essa categoria, desde que estes sejam favorecidos e que se tenha por base a Convenção Interamericana de 1951, que tem como intuito promover a garantia dos direitos do refugiado.

REFERÊNCIAS

ACNUR (Agência da ONU para Refugiados). **Global Trends**: forced displacement in 2017. Bangladesh: UNHCR, 25 jun. 2018. Disponível em: <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5b27be547/unhcr-global-trends-2017.html>. Acesso em: 14 jun. 2021.

ACNUR (Agência da ONU para Refugiados); BANCO MUNDIAL. **Políticas públicas do Brasil impulsionam inclusão de refugiados e migrantes da Venezuela, mas desafios permanecem**. 17 maio 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2021/05/17/politicas-publicas-do-brasil-impulsionam-inclusao-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-mas-desafios-permanecem/>. Acesso em: 14 jun. 2021.

ANNONI, Danielle. **Direito internacional dos refugiados e o Brasil**. Curitiba: Editora Gedai, 2018.

ARAÚJO JÚNIOR, Gadiel Claudino de. **Prática no estatuto da criança e do Adolescente**. São Paulo: Atlas, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 abr. 2021.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 26 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras

providências. Brasília, DF. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Brasil ganha destaque pela acolhida a crianças refugiadas**. 29 set. 2015. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36831>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC atua para resolver situação das crianças venezuelanas para que possam estudar no Brasil**. 07 fev. 2019. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/221-2107596713/73191-mec-atua-para-resolver-situacao-das-criancas-venezuelanas-para-que-possam-estudar-no-brasil>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em números**. 5.ed. Observatório das migrações internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública. Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/Ref%C3%BAgio%20em%20n%C3%BAmeros/REF%C3%9AGIO%20EM%20N%C3%9AMEROS.pdf>. Acesso em 14 jun. 2021.

BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em direito. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CIDH (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS). **Parecer consultivo OC-21/14**, de 19 de agosto de 2014, solicitado pela República Argentina República Federativa do Brasil, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_21_por.pdf. Acesso em 26 abr. 2021.

FRANCA, Rômulo Ataides; RAMOS, Wilsa Maria e MONTAGNER, Maria Inez. Mapeamento de políticas públicas para os refugiados no Brasil. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 19, n. 1, p. 89-106, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 jun. 2021.

GRAJZER, Deborah Esther; CHAVES, João Freitas de Castro. Crianças Venezuelanas em trânsito: a atuação da defensoria pública da união em Pararaimã. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES; 11. 2019. São Paulo. **Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa**. São Paulo: Museu da Imigração do Estado de São Paulo 2019. Disponível em: <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/3488/3346>. Acesso em: 30 maio 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Brasil: Crianças e adolescentes venezuelanos fogem sozinhos para o Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2019/12/05/336318>. Acesso em: 09 mar. 2021.

IOM (INTERNACIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION). **World Migration Report 2020**. Genebra: ONU, 2019. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2020>. Acesso em: 02 abr. 2021.

LIMA, Carolina Alves de Souza; SANTARÉM, Vivian Netto Machado. Hipervulnerabilidade de crianças venezuelanas refugiadas desacompanhadas ou separadas: tensões e desafios do estado brasileiro diante da violação dos direitos humanos. **Libertas: Revista de Pesquisa em Direito**, Ouro Preto, v. 06, n. 01, e-202008, jan./jun. 2020.

LIMA, Luciana Leite. **Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais: teoria geral**. Comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil: doutrina e jurisprudência. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de direito constitucional**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

OBMigra (Observatório das Migrações Internacionais). **Resumo Executivo: Relatório Anual 2020**. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/Resumo%20Executivo%20_Relat%C3%B3rio%20Anual.pdf. Acesso em: 27 ago. 2021.

PIOVESAN, F. Poder judiciário e os direitos humanos. **Revista USP**, n. 101, p. 99-112, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i101p99-112>.

RAFFOUL, Jaqueline. **A vulnerabilidade da criança venezuelana em busca de refúgio no Brasil: fatalidade ou possibilidade de mitigação?** 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/14512/1/61550056.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2021.

ROSSATO, Luciano Alves. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069/90 – comentado artigo por artigo**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang; MITIDIERO, Daniel; MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. **Sociologias**, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 abr. 2021.

UNICEF. **Convenção sobre os Direitos da Criança, de 02 de setembro de 1990**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 25 abr. 2021.

Artigo recebido em: 30/08/2021

Artigo aceito em: 11/11/2021

Artigo publicado em: 28/07/2022